

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, será nova ministra das Mulheres no México

Em entrevista ao HuffPost, ela afirma que o Brasil só atingirá metas de igualdade de gênero se mantiver ações afirmativas.

[\(HuffPost Brasil, 23/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Após 5 anos, Nadine Gasman, 60, deixará o cargo de representante da ONU Mulheres no Brasil. Na próxima segunda-feira (25), ela ocupará o cargo de presidente do Instituto Nacional das Mulheres do México (Inmujeres), o equivalente à ministra das Mulheres no país.

O presidente [Andrés Manuel López Obrador](#) anunciou na última quarta-feira (20) o nome de Gasman para o Inmujeres. "É uma honra poder voltar ao meu país de origem neste momento da minha carreira e com todo o conhecimento que adquiri aqui no Brasil", afirmou em entrevista ao HuffPost Brasil.

Até o momento não foi anunciada uma substituta para o cargo no Brasil. Ana Carolina Querino, oficial nacional de Programas da ONU, será a representante interina até a chegada de uma nova representante.

"O México está vivendo um momento histórico, uma mudança. É a primeira vez que um partido de esquerda está no governo. A proposta é de transformação, de pacificação, muito na linha do que eu como pessoa estou alinhada e também do que a ONU propõe", disse à reportagem.

Mestre em Saúde Pública pela Universidade Harvard e doutora em Gerenciamento e Políticas da Saúde pela Universidade Johns Hopkins, ambas nos EUA, Gasman tem nacionalidade mexicana e francesa e está na ONU desde 2005. Além de ter sido representante no Brasil, ela já dirigiu campanha pelo fim da violência contra as mulheres para a América Latina e o

Caribe.

Ela avalia que, em 5 anos no Brasil, diferentemente de outros países, foi possível ver os efeitos práticos de políticas públicas na vida das mulheres.

“Elas [políticas públicas] têm um efeito objetivo na vida das mulheres. Principalmente na vida das mulheres mais pobres. Para mim, sempre foi muito comovente ouvir as mulheres mais jovens dizer ‘olha, eu estou aqui por causa das cotas. Estou aqui pelo Pronuni’. É uma coisa que se fala muito na teoria, mas que no Brasil a gente vê na prática”.

A futura representante da Inmujeres ainda afirma que o movimento feminista no Brasil tem “força, sabedoria e resiliência” e que, ao longo dos anos, desenvolveu mecanismos para que suas vozes fossem ouvidas pelo Estado.

Os objetivos da ONU até 2030

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a [Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável](#). Com 17 objetivos globais, os Estados-membros aprovaram um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza até 2030.

Foram definidas outras 169 metas globais com foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz mundial. As metas para o alcance da igualdade de gênero estão concentradas no [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

Um dos tópicos diz que é preciso “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.”

Outro afirma que é fundamental “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.”

“Elas têm um posicionamento valente. São diversas, atuantes e tiveram espaço significativo nas conferências internacionais provando que existem vozes que ainda precisam ser ouvidas.”

Ela cita a Lei Maria da Penha como um dos resultados dessa mobilização. “Antes do movimento que elaborou a lei, a violência era uma questão privada. Hoje é uma questão de todos e principalmente de Estado. Todo mundo no

Brasil sabe que violência contra a mulher é crime. Isso formou uma consciência social. É preciso cada vez mais ensinar que não é aceitável e, principalmente, é evitável.”

Segundo relatório do UNODC (Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime), a cada 6 horas uma mulher é vítima de feminicídio no mundo. A [pesquisa](#) aponta que, em 2017, 87 mil mulheres foram vítimas de feminicídio e mais da metade delas (58%), cerca de 50 mil, foram mortas por conhecidos, companheiros, ex-maridos ou familiares.

Para Gasman, não há exagero em dizer que é só mantendo e aprimorando as ações afirmativas que foram construídas nos últimos 20 anos que o Brasil poderá alcançar as metas de igualdade de gênero propostas pela ONU.

“O Brasil tem tudo para atingir as metas. Mas as políticas públicas têm que ser mantidas e aprimoradas. É uma questão de decisão política, de prioridades de investimento não só em nível federal, mas também estadual e municipal.”

A ONU Mulheres global abrirá um processo seletivo público e informa que, até o momento, não há previsão de quando a seleção será iniciada e de quando o Brasil terá uma nova representante oficial.

Andréa Martinelli